



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Parecer nº 190/SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRRA/2020

PROCESSO Nº 1370.01.0037620/2020-26

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 19104102(SEI!)			
Processo SLA: 3628/2020		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR: Luiz Cláudio Machado		CNPJ : 11.507.666/0001-57	
EMPREENDIMENTO: Luiz Cláudio Machado ME		CNPJ : 11.507.666/0001-57	
MUNICÍPIO: Conceição das Alagoas- MG		ZONA: Rural	
COORDENADA GEOGRÁFICA: LAT: 19° 56' 8,04" S LONG: 48° 24' 56,87" W			
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none">• Não há incidência de critério locacional			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
A-03-01-8	Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil	3	0
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	ART:
Jordane Ferreira Costa		CREA: 212282	1420200000000209989



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Gonçalves Santos, Servidor(a) Público(a)**, em 06/09/2020, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Angelis Alvarez, Diretor(a)**, em 14/09/2020, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **19104112** e o código CRC **A0BE124F**.

Referência: Processo nº 1370.01.0037620/2020-26

SEI nº 19104112



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 19104102

O empreendimento Luiz Cláudio Machado ME, opera na “Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil” com capacidade de produção bruta de 36.000 m³/ano de areia por meio de Autorização Ambiental de Funcionamento. Para dar continuidade à atividade, formalizou o presente processo de licenciamento simplificado, tendo em vista que não há incidência do critério locacional.

A área de apoio do empreendimento bem como estruturas de paiol encontra-se localizado na zona rural do município de Conceição das Alagoas – MG, na fazenda Poço Dantas (Mat 15.606) em uma área de 5 ha. Foi apresentado CAR com nº de registro: MG-3117306-B969.575D.75D9.40FB.A75B.1C35.4FE0.D16F. Possui uma área superior a 20% da propriedade destinada para Reserva Legal.

A retirada do material do rio é feita através de uma bomba de sucção acionada por motor diesel, instalada na draga. Possui portaria de outorga de dragagem de nº1907660/2019. O requerente possui, ainda, por meio de tubulação aérea, sistema de recalque para transporte da areia até o paiol. Possui sistema drenagem do pátio de armazenamento da areia, no qual a água é direcionada a caixas de decantação e em seguida direcionada ao rio novamente. O maquinário utilizado para extração da areia passa por manutenção no município de Conceição das Alagoas. A abastecimento é realizado por caminhonete comboio.

Em relação ao uso da água, é utilizada apenas para consumo humano, sendo informado que o fornecimento é realizado pela concessionária local de abastecimento. Possui banheiro com fossa biodigestora para o tratamento dos efluentes. Os resíduos domésticos porventura gerados são armazenados e encaminhados para Conceição das Alagoas.

Em relação à intervenção ambiental para a execução das atividades, o requerente apresentou Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental (DAIA) de nº 0026060-D com autorização para supressão de 1,3795 ha de intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Esclarecemos que esta decisão foi embasada unicamente nos estudos apresentados. Vale salientar que a veracidade das informações e eficiência dos sistemas de controle ambiental são de inteira responsabilidade do empreendedor e responsáveis técnicos.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento “Luiz Cláudio Machado ME” para a atividade de “Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil.” no município de Conceição das Alagoas/MG”, pelo prazo de 10 anos”, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

“Esta licença não substitui a obrigatoriedade do empreendedor em obter título minerário ou guia de utilização expedida pela Agência Nacional de Mineração, nos termos do art.23 da Deliberação Normativa COPAM nº 217 de 2017”.



**Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento Luiz Cláudio
Machado ME**

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Apresentar, semestralmente, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa Copam 232/2019.	Semestralmente, durante a vigência da licença
02	Apresentar Relatório Anual de Lavra (RAL), a fim de se averiguar se os dados de produção estão de acordo com o declarado para enquadramento do processo de licenciamento.	Anualmente, durante a vigência da licença

*** Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.**

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.